



MICHAEL HECKLER/ACENO CTI

Índias Krahô, Aldeia Nova.

Nos dias de hoje, a região ocupada por esses povos sofre duas grandes ameaças: a pecuária extensiva de baixa tecnologia e o aproveitamento intensivo dos solos para a produção de grãos, principalmente soja. A crescente remoção da cobertura vegetal vem provocando perdas de solo e assoreamento dos rios, além de contaminação por meio da utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Essa expansão tem provocado a abertura de estradas na fronteira da área Krahô, além de grandes desmatamentos. Para agravar o quadro, os pequenos produtores rurais têm vendido suas terras aos fazendeiros da soja, acirrando a desestruturação fundiária e da agricultura familiar nessas áreas e deslocando contingentes para os centros urbanos regionais.

Esse processo afeta diretamente as Terras Indígenas, interferindo na oferta dos meios de subsistência das aldeias (diminuição da caça e de frutas), na poluição dos corpos d'água e lençóis freáticos que as abastecem devido ao uso intensivo de agrotóxicos nas modernas lavouras no entorno e deposição de lixo em rios e córregos. Para povos que têm na caça, pesca e coleta as suas principais fontes de alimentação, esses impactos têm afetado fortemente sua qualidade de vida. Além disso, as Terras Indígenas passam a ser "ilhas de biodiversidade", cercadas de grandes projetos de desenvolvimento que utilizam o cerrado sem o enfoque da sustentabilidade.

NOVOS INTERLOCUTORES, VELHOS PROBLEMAS

Para os pequenos produtores rurais, pescadores, barqueiros, coletores de frutas, indígenas e empresários de ecoturismo, os rios são importante fonte de trabalho. Por outro lado, para uma minoria, essa fonte se resume a uma grande oportunidade de

negócios, que não leva em conta a cultura e os costumes da população local. Conforme dados do mapa de potencial hidrelétrico da Eletrobrás (1999) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um total de 55 obras está previsto para as bacias hidrográficas brasileiras, sendo 40 barragens planejadas para o rio Tocantins e seus afluentes (31 grandes barragens e nove pequenas barragens), dez para o rio Araguaia e rio das Mortes e cinco para o rio Xingu.

A Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito tem sido considerada prioridade pelo Governo Federal e trará enormes impactos em toda a região. O Ministério de Minas e Energia tem feito pressões sistemáticas para que o Ibama conceda a Licença de Instalação para o início das obras. A Licença Provisória foi concedida em 2005 com uma listagem de cerca de 50 condicionantes, que incluem a realização de estudos etnoecológicos, em função dos impactos que serão causados aos Krahô, a montante, e aos Apinajé, Krikati e Gavião, a jusante da barragem. Também são requisitados estudos mais aprofundados sobre os prejuízos que serão causados ao extrativismo, pelo alagamento de extensas áreas de ocorrência natural de frutos e outros produtos. Até as últimas audiências públicas realizadas em 2005 nos municípios da região, essas questões não estavam sendo consideradas, o que só ocorreu graças à efetiva participação do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e da Associação *Wyty-Catê* nesses eventos.

O consórcio responsável pela obra, Consórcio Energia Estreito (Ceste), tem demonstrado muito pouca sensibilidade para lidar com a questão indígena, que continua sendo um impasse até o momento porque os empreendedores têm se recusado a atender as condições dos índios para a realização dos estudos em campo. O mesmo descaso tem se verificado com a questão do extrativismo e dos impactos diretos que a barragem vai causar

TREZE ANOS DO PROJETO FRUTOS DO CERRADO: NOVOS DESAFIOS

Conhecido como a savana mais rica no mundo em biodiversidade e considerado de extrema importância para a conservação da biodiversidade mundial, o cerrado também é marcado pela sua sociodiversidade, ou seja, pela quantidade de povos indígenas e comunidades tradicionais (quilombolas, produtores familiares, ribeirinhos) que necessitam dos recursos naturais desse bioma para a sua sobrevivência física e cultural. Não obstante, principalmente com o deslocamento da fronteira agrícola entre as décadas de 70 e 80, a paisagem do cerrado foi drasticamente modificada por desmatamentos, uso de agrotóxicos, queimadas e outras alterações antrópicas. Atualmente, estima-se que apenas 20% deste bioma estejam conservados. O projeto Frutos do Cerrado, uma parceria do CTJ e a Associação Wyty-Catê – cuja vertente econômica é a FrutaSã, a fábrica de polpa de frutas –, surgiu nesse contexto como alternativa de gestão sustentável dos recursos florestais do cerrado amazônico.

O Projeto Frutos do Cerrado e a FrutaSã têm recebido, nesses últimos 13 anos, apoios do MMA, MDA, Funday e outras agências de fomento governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiras. A FrutaSã já participou de inúmeras feiras e eventos nacionais e internacionais e recebeu diversos prêmios, como reconhecimento de seus méritos socioambientais e de gestão, tais como: Prêmio Chico Mendes do MMA, como melhor negócio sustentável em 2003; Prêmio Tecnologias Sociais, da Fundação Banco do Brasil, em 2005; Prêmio Gestão Pública e Cidadania, da FGV, em 2005.

Apesar das dificuldades encontradas em um empreendimento com essas dimensões, a produtividade da fábrica de polpa tem aumentado nos últimos anos, principalmente após a realização e implantação de um plano de negócio. Desde a criação da fábrica até 2000, foram instalados diferentes equipamentos para melhorar a produção de polpas e construída uma nova unidade industrial. Com a mudança para essa unidade, ao final de 2000, iniciou-se uma nova etapa, saindo da fabricação semi-artesanal para um desenvolvimento das atividades produtivas de beneficiamento e gestão mais profissionalizadas. A FrutaSã conseguiu um salto qualitativo ao melhorar o gerenciamento, produção e comercialização. Também foram realizados contatos e primeiros intercâmbios de polpas com outras indústrias, completando a oferta de sabores da FrutaSã e encontrando novos mercados para seu principal produto – o bacuri. Essas mudanças sempre envolveram os parceiros

indígenas, levando todas as questões para as assembleias gerais da Wyty-Catê, nas quais os caciques das aldeias associadas tomam as decisões e aprovam os trabalhos realizados pela Wyty-Catê e pela equipe/funcionários da FrutaSã.

Assim, das primeiras produções de apenas 5 mil kg em 1998, a FrutaSã passou a produzir mais de 70 mil kg a partir da safra 2003/2004; em 2003, comercializou mais de 65 mil kg. Atualmente, beneficia cerca de 120 toneladas/ano de polpas, que são vendidas no mercado regional. Esses números indicam que, cada vez mais, a FrutaSã se aproxima da sustentabilidade econômica. As frutas tradicionais do cerrado compõem a maior parte da produção, sendo o bacuri, o cajá e o caju os produtos principais, além das polpas de acerola, abacaxi, goiaba, maracujá, juçara, buriti, bacaba e murici.

CRESCER E DIVERSIFICAR

Para evitar impactos ambientais negativos com a enorme quantidade de resíduos produzidos a partir do beneficiamento das frutas em forma de bagaço e sementes, estes estão sendo usados para produzir adubo e para a produção de mudas, em parceria com a Associação Agroextrativista de Pequenos Produtores de Carolina (AAPP), que servem para reflorestar áreas degradadas e adensar a ocorrência das frutas nativas em torno das aldeias associadas à Wyty-Catê. Estão sendo pesquisadas outras tecnologias adequadas ao aproveitamento racional desses resíduos.

A preocupação constante da FrutaSã é encontrar, nos próximos anos, outras formas de beneficiamento de frutas pouco aproveitáveis para a produção de polpas, mas com um alto potencial para a produção de óleos, como o caso do pequi, bacaba e buriti. A diversificação da produção é, portanto, um dos principais desafios, tendo em vista a necessidade de criar outras alternativas de geração de renda para índios e não-índios extrativistas.

Quanto à estratégia de comercialização, a FrutaSã busca e estabelece parcerias com outros projetos similares, envolvendo comunidades tradicionais e produtores familiares. Suas principais atividades são a comercialização conjunta, trocas de mercadorias entre os parceiros e abertura de novos mercados.

A FrutaSã encontra-se atualmente no limite de seu estágio de crescimento, necessitando atualizar seu plano de negócios para vislumbrar a estratégia de consolidação do empreendimento para os próximos anos. Depois de anos de trabalho para implantação e desenvolvimento da experiência, chegou a hora do “pulo do gato”, para consolidar definitivamente o Frutos do Cerrado e a FrutaSã não apenas como alternativa econômica viável, mas como um modelo de desenvolvimento sustentável para os povos do cerrado.



Unidade de beneficiamento FrutaSã, em Carolina.



para centenas de produtores rurais e também para a *FrutaSã*, que terá grande parte de sua produção prejudicada pelo enchimento do lago.

De fato, a UHE de Estreito traz problemas ambientais e sociais irreversíveis, que se fossem levados a sério, inviabilizariam a cons-

trução desse empreendimento. Na verdade, trata-se de velhos problemas, desta vez com novos interlocutores, nada preocupados com as questões que afligem a população indígena e não-indígena da região. (março, 2006)

OS TIMBIRA E A ASSOCIAÇÃO WYTY-CATÊ

Os grupos Timbira somam uma população total de aproximadamente 6 mil índios, distribuídos em mais de 30 aldeias. A Associação Wyty-Catê das Comunidades Timbira do Maranhão e Tocantins foi fundada em março de 1994, mas registrada em cartório somente em abril de 1996, englobando atualmente 17 aldeias. A Wyty-Catê possui sede própria em Carolina (MA), onde também o CTI mantém o Centro de Ensino e Pesquisa Timbira Pinxyj Himpèjxà (CEPPH) (“casa da comadre, lugar de respeito”).

Depois da criação da Wyty-Catê, inúmeras outras associações surgiram: Associação Gavião (1995), envolvendo as aldeias do Governador, Rubeácea e Riachinho – sendo que depois as duas últimas criaram suas próprias associações (2002); Conselho Indígena Pemp'cahyç, dos Krikati (1995) – seguida por outras associações específicas de mulheres e alunos; Associação Krinhduré, dos Apinajé (1999); Associação Apãnjekra, dos Canela da aldeia Porquinhos (2000).

A Wyty-Catê, por sua vez, ao articular essas associações e as aldeias associadas, vem se transformando, ainda que informalmente, em uma “federação” das comunidades dos povos Timbira, da qual só não participam, ainda, os Gavião-Parkatejê e os Timbira Kukoí-Krepancatejê. A Wyty-Catê se articula ainda com uma série de organizações indígenas, como a Coiab, Coordenação dos Povos Indígenas do Maranhão

(Coapima) e Coordenação das Organizações Indígenas do Araguaia-Tocantins (Colat). Ultimamente, tem participado de discussões com os Xavante e outros grupos para a realização de um encontro dos grupos Jê e povos indígenas do cerrado, visando iniciar uma articulação de todos esses grupos.

AGENTES AMBIENTAIS

A Wyty-Catê articula uma série de atores que vêm assumindo diversas funções, algumas das quais vêm se configurando nesses últimos dez anos no contexto do desenvolvimento da associação e da execução dos projetos locais. Essas novas funções de alguma forma estariam ajudando a construir uma espécie de “identidade pan-Timbira”, por meio dos discursos e práticas desenvolvidos nos projetos e articulações que a associação propõe. Os agentes ambientais surgem nesse contexto, primeiro no papel de viveiristas nas suas comunidades, trabalhando na produção de mudas para o plantio de culturas permanentes nos quintais e roças das aldeias. Os agentes ambientais têm participado dos mutirões agrolorestais, que normalmente reúnem participantes dos diferentes grupos Timbira para a realização de práticas de manejo e plantio consorciado em áreas demonstrativas nas aldeias. Também participam de cursos e oficinas de capacitação para a formação dos mentwajê (jovens Timbira), voltados para a gestão ambiental dos seus territórios.